

A ditadura militar e o capitalismo brasileiro

Coletivo Mais Verdade

Demian Melo, Renato Lemos, Elaine Bortone, Luiz Mario Behnken, Joao Roberto Lopes, Rejane Carolina Hoeveler, Pedro Campos, João Braga Areas, Ana Carolina Reginatto, Marcela Martins, Marco Pestana, Marcos Arruda, Carlos Tautz, Karina Melo, Camila Mendes, Mariana Vantine, Martina Spohr Gonçalves

Na maior parte das vezes em que se fala da ditadura militar brasileira logo vem à tona as graves violações dos direitos humanos, os mortos e os desaparecidos políticos, as torturas, perseguições e repressão aos movimentos sociais. Certamente não é possível falar da ditadura sem se referir a estes aspectos. Todavia é importante também situar outros aspectos que nos ajudam a entender o sentido daquele regime político que marcou a história recente de nosso país, cujos desdobramentos sentimos até hoje.

Neste capítulo buscaremos contribuir destacando a relação entre a ditadura militar e o capitalismo brasileiro, de modo a permitir entender como as classes proprietárias estiveram presentes nesta dinâmica histórica desde a gênese até a estruturação daquele regime autoritário.

Em primeiro lugar, para estabelecer essa relação é necessário frisar que o Brasil já era um país plenamente capitalista quando a ditadura militar foi implantada em 1964 pelo golpe de Estado. Nosso país havia passado por um intenso processo de industrialização desde a subida de Vargas ao poder em 1930 e durante o mandato de Juscelino Kubitschek (1956-1960) viu ser implantado a moderna indústria automobilística, especialmente no estado de São Paulo.¹ Ao mesmo tempo, intensificou-se no mesmo período a urbanização do país, com uma forte migração da população do campo para os grandes centros urbanos e suas respectivas regiões metropolitanas.

A decisiva intervenção do Estado na modernização econômica se expressou tanto na criação de empresas estatais, no investimento em infra-estrutura e no planejamento econômico. Empresas como a Companhia Siderúrgica Nacional (1941), a Companhia Mineradora Vale do Rio Doce (1942), Companhia Hidrelétrica do São

¹ Elemento chave das sociedades capitalistas, indústrias já vinham se implantando no Brasil desde o século XIX, contudo é só no final da década de 1930 que as mesmas começariam a se tornar o eixo da economia do país. Ver. OLIVEIRA, Francisco. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. São Paulo: Boitempo, 2003, p.25-119. CARDOSO DE MELO, João Manuel. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982. MARINI, Ruy Mauro. *A dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil*. In. *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Insular, 2012, p.73-161.

Francisco (1945), Petrobrás (1952), além do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) são emblemáticos desse processo. Ao mesmo tempo, especialmente a partir do governo Kubitschek, investimentos expressivos do capital estrangeiro ajudariam a estabelecer uma indústria de bens duráveis, como a de eletrodomésticos e a já mencionada automobilística.

Após as altas taxas de crescimento econômico vividas pela economia brasileira durante todo esse período, no início dos anos 1960, mais especificamente a partir de 1962, uma recessão econômica se instalou. Problemas no balanço de pagamentos e a alta inflacionária afetaram gravemente o quadro econômico. Isso se combinou ao contexto de acirramento das lutas sociais no campo e na cidade, e ao temor alimentado nas classes médias e alta de que o governo do presidente João Goulart tinha propósitos “socialistas”.

O golpe de Estado, na obstante tendo resultado na conformação de um regime eminentemente militar, sinalizou para os setores conservadores civis que estes poderiam auxiliar à tomada decisões no aparelho de Estado dos novos donos do poder. Sendo uma ditadura, tal colaboração de setores civis com os militares seria feita sem que fosse necessário prestar contas do custo social de tais medidas.

Período de formação de grandes grupos econômicos nacionais e marcado numa fase por altas taxas de crescimento do PIB (1969-1973) que os ideólogos do regime apelidaram de “milagre econômico”, a presença de elites civis em postos chave do planejamento e na condução da política econômica, entronizou grandes interesses capitalistas no novo esquema do poder. Contudo, a colaboração entre civis e os militares naquele regime não se resumiu ao campo econômico, sendo encontrada também na organização da estrutura da repressão aos inimigos declarados do regime ditatorial.

Nesse quadro, do ponto de vista social os mais penalizados foram os trabalhadores, que em primeiro lugar perderam o poder de compra de seus salários ao longo daqueles mais de vinte anos de regime ditatorial – por exemplo, em 1972, mesmo ano em que o PIB do país cresceu 11,7%, o Brasil se tornou o campeão internacional em acidentes de trabalho;² enquanto em 1974 o salário mínimo chegou ao seu patamar mais baixo, equivalendo a 54,48% do que valia em 1960.³ Os migrantes que chegaram da zona rural aos centros urbanos em busca de melhores oportunidades de vida viram os

² De acordo com a OIT.

³ De acordo com o DIEESE.

serviços públicos sendo deteriorados, deparando-se com a inexistência de equipamentos urbanos que garantissem educação para seus filhos e saúde para o conjunto da família, além de condições dignas de habitação. E enquanto grande parte da população tinha suas demandas represadas, outra parte estabeleceu boas relações com os donos do poder durante aquele período, constituindo-se numa base de apoio à ditadura. Vejamos o início dessa história.

O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES)

Ocupando o 27º andar do edifício Avenida Central, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) funcionou entre os fins de 1961 até o início de 1972 aparentemente como um inofensivo centro educacional animado por empresários, executivos, jornalistas e alguns oficiais da reserva. Fundado poucos meses após a posse do presidente trabalhista João Goulart, o IPES se apresentava como uma “sociedade civil sem fins lucrativos, de caráter filantrópico e com intuítos educacionais, sociológico e cívico”.⁴

Na verdade, o IPES constituiu-se num dos mais dinâmicos centros da conspiração que acabaria levando ao golpe de 1964, demonstrando ser uma entidade capaz de forjar as principais diretrizes econômicas e institucionais que o regime ditatorial engendrou em seus primeiros anos. Muitas medidas tomadas pelo governo ditatorial do general Castelo Branco foram concebidas nos fóruns do IPES.

A origem do IPES partiu do contato entre o empresário Paulo Ayres Filho (do ramo farmacêutico) com o empresário de origem americana Gilbert Huber Jr. (proprietário da Listas Telefônicas Brasileiras) no Rio de Janeiro, que por sua vez recrutou João Batista Leopoldo Figueiredo (Itaú e Scania), que acabaria se tornando líder do IPES em São Paulo.

Para a construção e efetivação do seu projeto de pôr em prática sua ação política, o IPES só teria eficácia em nível nacional. Para isto, após a sua consolidação na Guanabara (RJ) e em São Paulo, o Instituto fundou outras unidades no Brasil para estimular e apoiar a mobilização de forças nas demais unidades federativas, objetivando a consolidação ou conquista de pontos de apoio regionais, tais como IPESul (1962), IPES Pernambuco, IPES Belo Horizonte (1962), IPES Paraná, IPES Manaus, IPES

⁴ *Estatuto do IPES*, 1963. Fundo “Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais”, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro (RJ).

Santos (1962) e IPES Belém, que, apesar de autônomas, eram coordenadas e reguladas pelo Comitê Nacional (RJ e SP).⁵ Para que o domínio fosse ainda maior, criou “ipesinhos” em cidades do interior, como a unidade de Nova Friburgo, no Estado do Rio de Janeiro, e nas empresas, para que os “empresários levem para dentro de suas empresas as ideias democráticas do IPES”.⁶

Para atrair os empresários para seu projeto, o IPES se propunha a impressionar, conscientizar e promover a “educação dos empresários” e, para conduzi-los à ação, argumentava que os mesmos “têm uma missão política a cumprir” e da “necessidade da empresa representar uma força em prol da sociedade”.⁷ Disseminando o medo, o líder do Instituto Glycon de Paiva advertia aos empresários: “Se você não abandonar hoje seus negócios, por uma hora, amanhã não terá negócios para dirigir”.⁸

Um estudioso do assunto, o cientista político uruguaio René Armand Dreifuss,⁹ demonstrou que indivíduos ligados ao IPES ocuparam os principais postos da administração pública¹⁰ durante os governos ditatoriais dos generais Castelo Branco e Costa e Silva, tendo alguns se notabilizado por uma presença constante durante todo o regime, enquanto outros nem tanto. O general Golbery do Couto e Silva, por exemplo, foi um dos principais artífices do IPES, tendo já antes da ditadura elaborado um imenso banco de dados de “subversivos brasileiros” que alimentaria a diabólica lista do Serviço Nacional de Informações (SNI), sigla que está entre as mais tristemente famosas da ditadura militar.

O IPES-GB, desde que começou a trabalhar de forma independente de seu irmão de São Paulo, em 1963, passou a ter os seguintes dirigentes e líderes: Abelardo Coimbra Bueno, Adalberto Bueno Neto, Alberto Lélío Moreira, Alexandre Kafka,

⁵ Ata do IPES Comitê Executivo de 27.03.1962. Fundo IPES. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro (RJ).

⁶ Ata do IPES Comitê Diretor de 27.11.1962, Comitê Executivo de 29.11.1962 e Roteiro básico para um programa de ação a longo prazo, de 06.06.1963. Fundo IPES. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro (RJ).

⁷ Ata do IPES da Reunião Plenária do Comitê Executivo de 08.04.1963. Fundo IPES. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro (RJ).

⁸ Ata do IPES do Comitê Executivo de 08.06.1962. Fundo IPES. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro (RJ).

⁹ DREIFUSS, René A. *1964 – a conquista do Estado*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1981.

¹⁰ Uma lista completa dos quadros de ipesianos que exerceram postos de comando no governo Castello Branco encontra-se em DREIFUSS, op. cit. A título de exemplificação, pode-se citar alguns Ministérios ocupados por sócios e parceiros do IPES em 1964: Ministério da Saúde – Raimundo de Moura Brito; Ministério da Educação Flávio Suplicy de Lacerda, Pedro Aleixo, Raymundo Augusto de Castro Moniz de Aragão; Ministério da Justiça e Negócios Interiores – Milton Campos, Juracy Montenegro Magalhães e Men de Sá; Ministério das Minas e Energia – Mauro Thibau; Ministério da Ind. e Comércio – Daniel Agostinho Faraco e Paulo Egídio Martins; Ministério da Agricultura – Oscar Thompson Filho, Nei Aminthas de Barros Braga e Severo Fagundes Gomes; Ministério da Fazenda – Octávio Gouvêa Bulhões; Ministério do Planejamento – Roberto de Oliveira Campos; Ministério do Trabalho e Previdência Social – Arnaldo Sussekind e Luiz Gonzaga do Nascimento e Silva etc.

Álvaro Americano, Angelo Mario Cerne, Antonio Carlos A. Osório, Antonio Gallotti, Augusto Trajano de Azevedo Antunes, Aurélio de Carvalho, Bento Ribeiro Dantas, Cândido Guinle de Paula Machado, Carlos Henrique Schneider, Dario de Almeida Magalhães, Décio de Abreu, Dênio Chagas Nogueira, Edmundo Falcão da Silva, Ernesto Pereira Carneiro Sobrinho, Euclides Aranha, Fernando Machado Portella, Gilberto Huber, Glycon de Paiva Teixeira, Golbery do Couto e Silva, Guilherme Borghoff, Guilherme Levy, Guilherme da Silveira Filho, Harold Cecil Polland, Haroldo Junqueira, Haroldo Graça Couto, Heitor Almeida Herrera, Hélio Gomide, Henrique de Botton, Israel Klabin, João Nicolau Nader Gonçalves, Joaquim Rocha Santos, João da Silva Monteiro, Jorge Bhering de Mattos, Jorge de Carvalho, Jorge Oscar de Melo Flores, Jorge Franke Geyer, José Duviver Goulart, José Garrido Torres, José Luiz Moreira de Souza, José Luiz M. Lins, José Piquet Carneiro, José Rubens da Fonseca, Joviano Rodrigues de Moraes Jardim, Juan Clinton Llorena, Leopoldo L. Figueredo Jr., Liberato da Cunha Friedrich, Mauricio Villela, Mauro Ribeiro Viegas, Miguel Lins, Murillo Coutinho Gouvêa, Nelson Parente Ribeiro, Odylio Costa Filho, Orlando Rubem Correa, Oscar de Oliveira, Oswaldo Tavares Ferreira, Paulo Fontainha Geyer, Rubem da Fraga Rogério, Ruy Gomes de Almeida, Tony Bahia, Zulfo de Freitas Mallmann.¹¹

Para colocar o seu projeto em ação, o IPES contou inicialmente com o financiamento da Indústria e Comércio de Minério – ICOMI; Refinaria e Exploração de Petróleo União; Listas Telefônicas Brasileiras S.A.; Serviços de Eletricidades S.A. – LIGHT; Companhia Docas de Santos; Casa Masson do Rio de Janeiro, Centro da Indústria Brasileira de Fósforos de Madeira de Segurança, Companhia Estanífera do Brasil, Companhia Metropolitana de Construção e Construtora Rabelo S.A.¹², além do governo norte-americano. Posteriormente, teve mais de 400 empresas e muitas pessoas físicas associadas.

Sua atuação esteve marcada por campanhas de doutrinação ideológica voltadas para as elites empresariais e políticas, mas também campanhas voltadas para conformação de uma opinião pública favorável à adoção de políticas públicas pró-mercado. Naquele contexto da Guerra Fria, o IPES naturalmente estava inserido na cruzada contra o “perigo comunista”, se articulando a outros centros conspiratórios organizados por setores tradicionalistas e conservadores, que buscaram sensibilizar as

¹¹ Relação de Conselheiros IPES-GB, s/d e Conselho Orientador / Rio, s/d. Fundo IPES. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro (RJ).

¹² Breve Histórico do IPES - 1967, p. 1. Fundo IPES. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro (RJ).

camadas populares contra o governo Goulart e na aceitação da tomada do poder pelos militares.

Atuando de forma coordenada, o IPES foi capaz de produzir uma notável campanha que integrou importantes órgãos da imprensa e do entretenimento. Financiou uma peça de teatro e produziu programas de rádio e de TV, além de curtas-metragens que foram exaustivamente exibidos nos cinemas da rede do empresário Severiano Ribeiro, antes da exibição dos filmes principais.¹³ Os filmes também foram mostrados nas favelas, nos sindicatos, nas universidades e nas empresas, durante os horários de almoço; nas pracinhas das cidades do interior e nos clubes. Publicou livros, revistas e boletins.

Para serem mais abrangentes no seu propósito de desestabilizar o governo Goulart, os ipesianos se articularam com políticos aliados para bloquearem medidas que partiam do poder Executivo, ao mesmo tempo em que buscavam ter seus anteprojeto aprovados no parlamento. O banqueiro ipesiano Jorge Oscar de Mello Flores foi o responsável para fazer “assessoria forte e eficiente em Brasília” e acompanhar as atividades legislativas. Atuou no Senado e na Câmara para obter informes autênticos para melhor prejudicar os rumos da política governamental e para buscar apoio dos parlamentares para os seus projetos.¹⁴ De acordo com o líder do IPES Glycon de Paiva Teixeira, o lema era: “o IPES subvencionará e Flores agirá”.¹⁵

Todavia, não obstante toda essa operação, pesquisas de opinião pública conduzidas pelo IBOPE em março de 1964¹⁶ evidenciaram uma grande popularidade das propostas reformistas defendidas pelo governo Goulart. Além disso, o próprio presidente aparecia como um grande eleitor nas eleições presidenciais previstas para 1965, ou seja, um candidato apoiado por ele tinha grandes chances de vencer o pleito. Vejamos alguns destes dados.

Sobre a reforma agrária,¹⁷ carro-chefe do projeto reformista do governo Goulart, a pesquisa apurou os seguintes índices:

¹³ ASSIS, Denise. *Propaganda e cinema a serviço do golpe (1962-1964)*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

¹⁴ Ata do IPES Comitê Executivo de 08.04.1963. Fundo IPES. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro (RJ).

¹⁵ Ata do IPES Comitê Executivo Rio/SP de 22.01.1963. Fundo IPES. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro (RJ).

¹⁶ RESULTADOS COMPARADOS DA PESQUISA DE OPINIÃO REALIZADA NAS CIDADES DE FORTALEZA, RECIFE, SALVADOR, BELO HORIZONTE, RIO DE JANEIRO, SÃO PAULO, CURITIBA E PORTO ALEGRE, 9 a 26 de março de 1964. Fundo Ibope, MR/0277, Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, Campinas (SP).

¹⁷ Idem, folha 7.

Consideram que a realização da Reforma Agrária é

<i>Cidade</i>	<i>Necessária</i>	<i>Desnecessária</i>	<i>Não sabem</i>
<i>Fortaleza</i>	68%	13 %	19%
<i>Recife</i>	70%	7%	23%
<i>Salvador</i>	74%	9%	17%
<i>Belo Horizonte</i>	67%	16%	17%
<i>Rio de Janeiro</i>	82%	9%	9%
<i>São Paulo</i>	66%	13%	21%
<i>Curitiba</i>	61%	11%	28%
<i>Porto Alegre</i>	70%	17%	13%

A pergunta mais interessante da pesquisa se refere à possibilidade de que o presidente João Goulart pudesse se candidatar à reeleição:¹⁸

<i>Na Cidade de</i>	<i>Votariam Nele</i>	<i>Não Votariam</i>	<i>Não Sabem</i>
Fortaleza	57,0%	34,0%	9,0%
Recife	60,0%	28,0%	12,0%
Salvador	59,0%	32,0%	9,0%
Belo Horizonte	39,0%	56,0%	5,0%
Rio de Janeiro	51,0%	44,0%	5,0%
São Paulo	40,0%	52,0%	8,0%
Curitiba	41,0%	45,0%	14,0%
Porto Alegre	52,0%	44,0%	4,0%

Não obstante toda essa campanha de desestabilização conduzida pelo IPES, a grande popularidade do presidente e de propostas reformistas parecem ter recomendado aos conspiradores a saída antidemocrática consumada em princípios de abril de 1964. A propósito, uma das coisas que não deve ser esquecida sobre esse levantamento do IBOPE é o fato de que ele ficaria desconhecido do grande público durante mais de vinte anos, só tendo sido revelado no fim dos anos 1980, já depois do fim da ditadura.¹⁹ Não é difícil levantar a hipótese de que os contratantes do levantamento do IBOPE eram eles próprios parte da conspiração, e por isso as informações favoráveis à figura de Goulart e ao seu governo ficaram escondidas todo este tempo.²⁰ Afinal, a quem interessava essa

¹⁸ Idem, folha 19.

¹⁹ Em sua comunicação ao XIII Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais, realizado em 1989, o cientista político Antonio Lavareda foi o primeiro pesquisador a mencioná-la. Cf. MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O governo João Goulart e as lutas sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Ed.UNB, 2001, p.185.

²⁰ De acordo com um personagem envolvido no setor de levantamento de opinião pública do IPES, Anibal Teixeira, em seu livro de memórias *Flautista do rei*, admite que o IPES utilizou pesquisas de

não-revelação desses dados senão aos novos donos do poder, que ao longo de mais de vinte anos justificaram aquele regime ditatorial como tendo sido resultante de um “clamor popular pela intervenção das Forças Armadas”? Conforme ideia que figura no próprio preâmbulo do primeiro Ato Institucional,²¹ mas também nas narrativas produzidas por setores da sociedade civil viu-se e ainda se vê essa idéia de que o “povo brasileiro pediu a ditadura militar”.²²

Ao IPES associaram-se também entidades já existentes, como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), formado ainda em 1959 e agrupando especialmente a oposição de direita ao governo Juscelino Kubitschek formada principalmente pela União Democrática Nacional (UDN) e elementos conservadores de outras agremiações partidárias. Além disso, o IPES fomentou o surgimento de outras entidades da sociedade civil com perfil similar, como a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), que seria uma das principais promotoras das muito lembradas “Marchas com Deus pela Família e pela Liberdade”, que reuniu milhares de pessoas na cidade de São Paulo em 19 de março de 1964, na cidade do Rio de Janeiro em 2 de abril daquele mesmo ano, e mais uma série ocorridas em outras capitais e cidades do interior do Brasil e que se notabilizaram como movimento de apoio ao golpe.²³

Grupos civis de perfil mais tradicionalista também fizeram parte das campanhas pela deposição de Goulart, como a Sociedade Brasileira em Defesa da Tradição, Família e Propriedade, conhecida pela sigla TFP, e que desenvolveu ação destinada à convencer a opinião pública dos malefícios da reforma agrária e contra medidas que entendia

opinião pública feitas pelo IBOPE. Todavia, em entrevista ao jornalista Felipe Amorim, buscou destacar os dados um levantamento feito pelo próprio concluindo que havia grande impopularidade do presidente Goulart em alguns segmentos da sociedade brasileira. Ver. AMORIM, Felipe. Conspiradores fizeram pesquisa de opinião antes de decidir pelo golpe de 64. Portal *Última Instância*, 20/12/2013. Disponível em <http://ultimainstancia.uol.com.br/conteudo/noticias/68192/Conspiradores+fizeram+pesquisa+de+opinio+antes+de+decidir+pelo+golpe+de+64.shtml> (Acessado em 3 de maio de 2015).

²¹ “O Ato Institucional que é hoje editado pelos Comandantes em Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, em nome da revolução que se tornou vitoriosa com o apoio da Nação em sua quase totalidade, se destina a assegurar, ao novo governo a ser instituído, os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil.” ATO INSTITUCIONAL [Nº 1], de 9 de abril de 1964.

²² Um documento exemplar desse tipo de narrativa é o artigo de Clarence W. Hall e William L. White “A Nação que se salvou a si mesma”, publicado na revista *Seleções do Reader’s Digest* (Rio de Janeiro, n. 274, pp. 93-120, nov. 1964), um periódico divulgado no Brasil por setores ligados ao IPES e cujas relações com a Agência Central de Inteligência dos EUA (CIA) são notórias.

²³ Cf. SIMÕES, Solange de Deus. *Deus, pátria e família*. As mulheres no Golpe de 1964. Petrópolis: Vozes, 1985. PRESOT, Aline. *As Marchas da Família com Deus pela Liberdade*. Dissertação de mestrado em História. Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHIS) da UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.

serem de cariz “comunizante”. Diferenciava-se, nesse sentido, do próprio IPES, que defendiam uma “reforma agrária de mercado” que influenciaria a política agrária da ditadura militar. Assim, embora associações de caráter diverso tenha participado do lado vencedor em 1964, nem todas tiveram a mesma capacidade que o IPES de pautar as políticas públicas daquele regime.

Reformas estruturais empreendidas pelo Estado brasileiro naquele contexto foram elaboradas por intelectuais ligados ao IPES, assim como em fóruns promovidos pela entidade. São os casos das reformas do sistema financeiro, administrativa e da legislação trabalhista, que conduziram a criação de instituições tais como o Banco Central e o Conselho Monetários Nacional pela Lei N. 4595/64.

No campo trabalhista, foi introduzida a primeira flexibilização dos direitos com a lei 5.107 de 1966, que acabou com a estabilidade por tempo de serviço dos trabalhadores da iniciativa privada, criando um fundo baseado numa poupança forçada, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Por sua vez, o FGTS se tornaria a principal carteira do Banco Nacional de Habitação (BNH), criado já em 1964 (pela Lei nº 4.380) com o propósito de “combater o déficit habitacional”, mas que acabou tendo a maior parte dos seus recursos investidos para moradias de classe média, enriquecendo grandes firmas construtoras.

Cabe notar que o anteprojeto de lei que instituiu o FGTS foi preparado por uma equipe do IPES, formado pelos empresários João Baylongue, José Duvivier Goulart e José Marques, os militares Heitor de Almeida Herrera e Francisco César Cardoso Mangliano. Um Grupo de Trabalho formado por Roberto Campos e Luiz Gonzaga do Nascimento e Silva (IPES - presidente do BNH e depois ministro do Trabalho), Mário Trindade (IPES - diretor do BNH), foi auxiliado por João Lyra Madeira (IBGE), José Américo Peón de Sá (IRB) e pelos advogados Hamilton Nogueira Filho e Edgar Porto Ramos, encaminhou o desenho da lei.

Para se dimensionar a importância de outra iniciativa do IPES na dinâmica econômica da ditadura, cabe também mencionar a importância do Conselho Monetário Nacional. Esse Conselho seria o principal órgão de gerenciamento das políticas

econômicas até 1973,²⁴ constituindo-se num espaço de articulação de barganhas do setor privado (nacional e estrangeiro) com o Estado brasileiro.²⁵

A participação do IPES no golpe de Estado não passou despercebido em 1964. Ainda naquele ano, entre as primeiras narrativas justificadoras da interrupção do processo democrático davam conta do papel daquela entidade, como em artigos publicados nos Estados Unidos nas revistas *Fortune* e *Reader's Digest*. Em setembro de 1964, a *Fortune* publicou o artigo “When Executives Turned Revolutionaries” [“Quando os executivos tornam-se revolucionários”] de Philip Siekman,²⁶ onde o autor exalta o papel do IPES, especialmente o IPES-São Paulo, na deposição do governo Goulart. Enquanto em novembro do mesmo ano, a edição brasileira da *Reader's Digest*, publicada em português com o nome de *Seleções*, publicaria o artigo de Clarence W. Hall; William L. White. traduzido com o título desajeitado “A Nação que se salvou a si mesma”,²⁷ onde também se destacou a participação do IPES e também da CAMDE na campanha que culminou na “revolução” (leia-se, golpe).

A ideia de que havia a necessidade de ditadura para implementar transformações no Estado brasileiro que favorecessem a acumulação privada foi bem evidenciada por uma eminência parda dos primeiros anos daquele regime, o ministro do Planejamento do governo Castelo Branco, o economista Roberto Campos, que numa defesa de suas opções escreveu que naquele “contexto histórico, um certo grau de autoritarismo parece inevitável na fase final de modernização, isto é, na transição para a sociedade industrial”²⁸ Por sua vez, as condições favoráveis ao capital estrangeiro seriam elogiadas por executivos de alguns dos grandes grupos econômicos que atuavam no Brasil, como aparece em declaração emblemática de Robert Winters, então presidente da Brascan em 1969, que naquela época afirmou: “O governo militar está dedicado aos

²⁴ Cf. VIANA, Maria Lúcia. *CMN: a administração do “milagre”*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1982. NAPOLITANO, Marcos. *História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014, p.161.

²⁵ A partir de 1974 este lugar seria ocupado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico, criado no início da administração do general Ernesto Geisel. Cf. CODATO, Adriano. *Sistema estatal e política econômica no Brasil pós-64*. São Paulo: Hucitec/ ANPOCS, 1997.

²⁶ SIEKMAN, Philip. When Executives Turned Revolutionaries. *Fortune*, pp.147-221, set.1964.

²⁷ HALL, & WHITE, A Nação que se salvou a si mesma, op. cit.

²⁸ CAMPOS, Roberto de Oliveira. A opção política brasileira. In. SIMONSEN, Mário Henrique; CAMPOS, Roberto de Oliveira. *A nova economia brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974, p.224. KELLER, Vilma; LEMOS, Renato. Roberto Campos (Verbete). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

princípios da empresa privada. Compreendem que necessitam criar um clima amistoso para o capital estrangeiro, e assim o fizeram.”²⁹

O empresariado e a repressão política

Até é possível alegar que tais setores civis, especialmente os empresários, que colaboraram com a deposição do presidente Goulart e a promulgação de medidas autoritárias que instituíram a ditadura não chancelaram medidas repressivas que desembocaram em graves violações dos direitos humanos. Contudo, a participação direta de empresários no financiamento da estrutura da repressão, como foi o caso da Operação Bandeirantes em São Paulo denotam que essa questão é bem mais complexa.

Um dos resultados mais importantes dos trabalhos desta Comissão Estadual da Verdade do Rio foi a confirmação do uso de propriedades particulares que serviram de campo de extermínio de opositores do regime. No estado do Rio de Janeiro os mais emblemáticos são os casos da Usina Cambahyba, pertencente à família de Heli Ribeiro Gomes, de Campos dos Goytacazes, e da Casa da Morte, em Petrópolis, de propriedade do empresário alemão Mario Lodders.

Cabe assinalar alguns aspectos do processo de colaboração entre empresários e a estrutura da repressão no estado de São Paulo após a decretação do Ato Institucional N.5, de modo iluminar a dinâmica específica desta questão no âmbito fluminense. Vejamos.

A partir de uma Diretriz para a Política de Segurança Interna, expedida em 2 de julho de 1969, o comandante do II Exército, general José Canavarro Pereira, em conjunto com a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, chefiado por Hely Lopes Meirelles, se resolveu unificar “os esforços” do Exército, Polícia Federal e polícias estaduais, civil e militar, do estado de São Paulo para o combate aos opositores do regime, criando a Operação Bandeirantes (OBAN). O governador Abreu Sodré transformaria as dependências do 36º Distrito Policial, localizado na esquina das ruas Tomás Carvalhal e Tutóia, em um centro de torturas e assassinatos. Na Polícia Civil, havia um grupo de policiais chefiados pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury, da Delegacia de Roubos, que se notabilizavam pela prática do extermínio (“Esquadrão da Morte”), transplantando seus métodos para a OBAN, com o apoio do governo

²⁹ Citado em ARRUDA, Marcos; AFONSO, Carlos. Estudio de caso número 1: Brascan. In. *Las empresas transnacionales y el Brasil*. México: UNAM, 1978, p.103.

estadual.³⁰ Por sua vez, a prefeitura paulistana, presidida por Paulo Salim Maluf, providenciou o asfaltamento da área da OBAN, reformou a rede elétrica e iluminou a região com lâmpadas de mercúrio.³¹

Contudo, o apoio significativo veio mesmo do grande setor privado nacional, estrangeiro e associado, que forneceu recursos para a montagem daquele aparelho de repressão. De acordo com o general Arthur Moura, em depoimento no documentário *Cidadão Boilesen*, de Chaim Litewski (Brasil, 2009):

A chefia do Exército, principalmente, chegou a conclusão de que era o momento de apelar para o setor privado, principalmente para o setor privado estrangeiro, para fazer esse setor ver que também haveria um impacto nesses setores se as forças terroristas vencessem. (...) A tese era, “hoje somos nós, amanhã poderão ser vocês, então nós precisamos de apoio, afim de poder realizar as nossas missões eficazmente”. E esse apoio seria apoio financeiro, né?

Por sua vez, a historiadora Mariana Joffily encontrou documento do próprio DOPS paulista onde se reconhecia os recursos oriundos de civis na montagem do órgão, onde é possível ler que:

“O êxito da repressão à subversão e ao terrorismo em São Paulo reside, em síntese, no apoio das elites civis e autoridades civis e militares, no trabalho integrado que soma esforços e multiplica resultados e na motivação dos órgãos de Segurança.”³²

Ficou conhecido o banquete organizado pelo ministro Delfim Netto no Clube São Paulo, antiga residência da senhora Viridiana Prado, durante o qual cada banqueiro, como Amador Aguiar (Bradesco) e Gastão Eduardo de Bueno Vidigal (Bando Mercantil de São Paulo), entre outros, doaram o montante de US\$ 110 mil para reforçar o caixa da Oban.

³⁰ SOUZA, Percival de. *Autópsia do medo*. Porto Alegre: Globo, 2000. JOFFILY, Mariana. *No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirantes e no DOI de São Paulo*. Rio de: Arquivo Nacional; São Paulo: Edusp, 2013.

³¹ GASPARI, Élio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.61.

³² *A subversão e o terrorismo em São Paulo*. 10/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 84, 15602, fl.5, *apud* JOFFILY, Mariana. *No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirantes e no DOI de São Paulo (1969-1975)*. Tese de doutorado em História. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008, p.34.

Além dos banqueiros, diversas multinacionais financiaram a formação da OBAN, como o grupos Ultra, Ford, General Motors,³³ além dos grupos Camargo Corrêa, Objetivo e Folha, só para mencionar os mais envolvidos. Também colaboraram multinacionais como a Nestlé, General Eletric, Mercedes Benz, Siemens e a Light.³⁴ Um número ainda incerto de empresários paulistas, já que a arrecadação de recursos contava com o apoio ativo da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), através de seu presidente Theobaldo De Nigris. Nos salões da FIESP, o ministro da Fazenda, Delfim Netto, era sempre visto fazendo palestras aos empresários, em reuniões onde se solicitava recursos para financiar a OBAN.

A OBAN integrava-se a um vasto sistema de informações criado desde o início da ditadura, com a formação do Serviço Nacional de Informações (SNI) em julho de 1964, que integrou-se aos também criados serviços de informação das três forças armadas: o Centro de Informações do Exército (CIEEx); o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR); e o Centro de Informações da Aeronáutica (CISA). A OBAN foi um projeto piloto que resultou na criação dos DOI-CODI em todas as regiões do Brasil.

Revelações de outro ex-delegado do DOPS do Espírito Santo, Cláudio Guerra, em depoimento a Rogério Medeiros e Marcelo Netto publicada em forma de livro,³⁵ dão conta do financiamento em nível nacional do aparelho de repressão, tortura e assassinato do regime ditatorial. Segundo este, o Banco Mercantil de São Paulo e o Sudameris destacaram-se como os maiores provedores de recursos para os agentes da repressão, pois viabilizaram o pagamento de uma espécie de bolsa mensal para estes em contas em nome de laranjas (ou mesmo em nomes falsos), além do pagamento de “prêmios” (em dinheiro) em decorrência da captura e o assassinato de opositores do regime ditatorial.³⁶ Como foi possível aferir, tais recursos não eram provenientes apenas dos cofres destes bancos, tendo estes apenas centralizado recursos que eram captados entre vários civis, que certamente pretendiam também contar com as benesses oriundas das boas relações com o poder. Sebastião Camargo, por exemplo, da empreiteira

³³ LANGGUTH, A. J. *A face oculta do terror*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p.108.

³⁴ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Cartéis e Desnacionalização: a experiência brasileira, 1964-1974*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975, p.197-207.

³⁵ *Memória de uma guerra suja*. Cláudio Guerra em depoimento à Marcelo Netto e Rogério Medeiros. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.

³⁶ Idem, p.141-144.

Camargo Correia, um dos maiores contribuidores da “caixinha da OBAN”, conseguiu contratos para a construção grandes obras públicas, como a Ponte Rio-Niterói

Grandes contribuintes foram Camilo Cola, dono da Viação Itapemirim e deputado capixaba pela Arena, que também cumpriu a tarefa de arrecadar recursos com outras empresas, como a Gasbrás e a White Martins. Favores estatais para a viabilização de negócios esteve presente entre os mais ativos financiadores da estrutura da repressão, e além do mencionado Henning Albert Boilesen existem evidências que outros civis comparecia às dependências de edifícios públicos onde se perpetraram graves violações aos direitos humanos para se comprazer com o sofrimento de seus opositores.³⁷

Como já assinalamos, a estrutura da repressão política no estado do Rio contava com o apoio de setores privados, que lhe proveram, entre outras coisas, espaços usados para a tortura, assassinato e ocultação de cadáveres, como a Usina Cambahyba, em Campos dos Goytacazes, e a Casa da Morte, em Petrópolis. No caso da Usina de Campos, seu proprietário Heli Ribeiro era membro da TFP, organização que, como mencionamos, contribuiu com a deposição do governo João Goulart em 1964 e que apoiou de forma ativa o regime ditatorial militar. Também membro da TFP, o filho de Heli Ribeiro, João Lysandro, conhecido pelo epíteto de “João Bala”, teria sido ativo ao lado de outros agentes da repressão numa das ações mais brutais denunciadas sobre aquele período: a incineração de corpos mutilados de opositores políticos, nos fornos da Usina. O próprio Guerra revelou ter incinerado 12 corpos de militantes políticos naquele local, entre os quais o do líder comunista pernambucano David Capistrano, cujo corpo, já mutilado, Guerra recebeu na Casa da Morte, em Petrópolis.

Assim, além da ocultação dos restos mortais de prisioneiros políticos, enterrados em cemitérios clandestinos (muitos dos quais ainda desconhecidos dos brasileiros), uma parte do setor privado envolveu-se em ações que exterminaram qualquer possibilidade de que as famílias dos perseguidos políticos pudessem enterrar seus parentes. Também no período da transição ao atual regime democrático, quando elementos que trabalhavam na chamada “comunidade de informações” resolveram perpetrar ataques terroristas para sabotar o processo de abertura, segundo o mesmo Guerra, tiveram o apoio financeiro de grupos empresariais, como o já mencionado Banco Mercantil de São Paulo e o Sudameris. Em suma, mesmo quando parte significativa do empresariado estava apoiando o processo de abertura, grandes homens de negócio apoiaram ações que

³⁷ Cf. SOUZA, Percival de, *Autópsia do medo*, op. cit.

marcaria tragicamente a vida pública do país, como o atentado à sede da OAB no Rio de Janeiro, uma carta-bomba que resultou na morte da secretária da entidade, dona Lidia, e o (por sorte) fracassado atentado no Rio-Centro, em 1981.